



INTER
FACES
CIENTÍFICAS

EDUCAÇÃO

ISSN IMPRESSO 2316-333X

E-ISSN 2316-3828

DOI-10.17564/2316-3828.2019v7n2p85-96

INTELECTUAIS E IMPRESSOS EDUCACIONAIS NO BRASIL

APONTAMENTOS PARA DISCUTIR AS NOÇÕES DE “CAMPO” E “INTELECTUAIS” A PARTIR DA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE DOIS SERGIPANOS

NOTES TO DISCUSS THE NOTION OF “FIELD” AND “INTELLECTUAL” BASED ON THE PROFESSIONAL TRAJECTORY OF TWO SERGIPANOS

APUNTES PARA DISCUTIR LAS NOCIONES DE “CAMPO” Y “INTELECTUALES” DESDE LA TRAYECTORIA PROFESIONAL DE DOS SERGIPANOS.

Solyane Silveira Lima¹
Vera Maria dos Santos³

Simone Silveira Amorim²

RESUMO

Este trabalho discute as inserções e relações de intelectuais nos seus campos de pertencimento, no decorrer das trajetórias de duas personalidades sergipanas: Alfredo Montes e Acrísio Torres. Embasa essa proposta de trabalho, os conceitos de campo (BOURDIEU, 2004) e de intelectual (SIRINELLI, 1996). As fontes que deram informações para a realização desse estudo foram: os livros de atas do Atheneu Sergipense, inventários, jornais, cartas e entrevistas. Assim, este estudo proble-

matiza como os intelectuais se inseriram no campo e como se relacionavam por meio de suas redes, além de mostrar como eles contribuíram para a sociedade sergipana, mais especificamente, no campo educacional.

PALAVRAS-CHAVE

Intelectual. História da Educação. Campo.

ABSTRACT

This work discusses the inceptions and relationships of intellectuals in the fields they belong to during the career of two characters: Alfredo Montes and Acrísio Torres. To theoretically support this proposal, we highlight the concepts of field (Bourdieu, 2004) and intellectual (Sirinelli, 1996). The sources that provided information for the preparation of this study, were: the minute book of *Atheneu Sergipense*, inventories, letters, newspa-

pers, as well as the use interviews. This study shows how intellectuals were related through their network of relationships and shows how they contributed to the *sergipana* society, in the educational field.

KEYWORDS

Intellectual. Hystory of Education. Field.

RESUMEN

Este trabajo discute las inserciones y relaciones de intelectuales en sus campos de pertenencia, en el transcurso de las trayectorias de dos personalidades del estado de Sergipe: Alfredo Montes e Acrísio Torres. Basan esa propuesta de trabajo, los conceptos de campo (Bourdieu, 2004) y de intelectual (Sirinelli, 1996). Las fuentes que dieron información para la realización de este estudio fueron: los libros de actas del Atheneu Sergipense, inventarios, periódicos, cartas y

entrevistas. Así, este estudio problematiza cómo los intelectuales fueran insertados en el campo y cómo se relacionaban a través de sus redes, además expone cómo contribuyeron a la sociedad sergipana, más específicamente, en el campo educativo.

PALABRAS CLAVE

Intellectual. Historia de la Educación. Campo.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo se materializa a partir de dois trabalhos desenvolvidos durante o Mestrado em Educação, que posteriormente foram transformados em livros. Na primeira obra Amorim (2009) analisou a trajetória intelectual do professor de inglês Alfredo Montes no século XIX e a segunda, Santos (2017), estudou a trajetória da Geografia e dos seus livros didáticos sobre Sergipe, do século XIX ao século XX.

A partir dessas duas obras percebemos uma grande afinidade nas discussões travadas sobre os intelectuais analisados em cada trabalho. Assim surgiu a ideia deste artigo, que objetiva discutir as inserções e relações dos intelectuais Alfredo Montes e Alberto Torres nos seus campos de pertencimento². Para embasar essa proposta de trabalho destacamos os conceitos de campo (BOURDIEU, 2004) e de intelectuais (SIRINELLI, 1996).

O conceito de campo de Bourdieu (2004) nos ajuda para compreendermos os posicionamentos e os embates dos intelectuais. Segundo esse autor, o campo é um espaço de relações de forças, de convivência dos indivíduos e de disputa entre eles, assim,

A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa as imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a esta, de uma autonomia parcial. (BOURDIEU, 2004, p. 20).

Destarte, é sob esse aporte teórico que a análise se impõe no decorrer do texto. Quanto ao conceito de

² Estudos recentes, como o de Santos (2016) demonstram que desde a Colônia já se desenhava a intelectualidade sergipana, a exemplo de Antonio Cazimiro Leite um Bacharel que tinha uma livraria com 500 livros, no século XVIII. Já no Império, temos a pesquisa de Silva (2004), que fez um mapeamento dos intelectuais sergipanos formados nas faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, de Direito de Recife e São Paulo, como também por um grupo de intelectuais sem formação superior. Amorim (2009), por sua vez, analisou a trajetória intelectual de Alfredo Montes de modo que o resultado permitiu compreender, através desse professor de inglês, a configuração do trabalho docente no século XIX. Por fim, tratando do século XX, Lima (2014) discorre sobre a vida e a atuação do Médico Augusto César Leite no campo médico e assistencial sergipano.

intelectuais, Sirinelli (1996) propõe duas acepções, considerando o caráter polissêmico da noção de intelectual, o aspecto polimorfo do meio dos intelectuais, e a imprecisão daí decorrente para se estabelecer critérios de definição do termo:

[...] uma ampla e sócio-cultural, englobando os criadores e os 'mediadores' culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto posta-se uma parte dos estudantes, criadores ou 'mediadores' em potencial, e ainda outras categorias de 'receptores' da cultura. (SIRINELLI, 1996, p. 242).

Assim, as trajetórias dos intelectuais Alfredo Montes e Acrísio Torres são tomadas nesse texto como base para a discussão da noção de campo tendo em vista a inserção e a contribuição deles para a História da Educação. As fontes que forneceram informações para elaboração deste estudo compõem um corpo documental diversificado: os livros de atas do Atheneu Sergipense, inventário e jornais e, ainda, as pesquisas realizadas em acervos públicos e particulares e, no caso de Acrísio Tôrres, os contatos realizados por meio de cartas e entrevistas. Foi por uma coleta minuciosa de dados nos documentos mencionados que adquirimos os fios para tecer a trajetória desses dois intelectuais sergipanos, que agora passamos a narrar.

2 ALFREDO MONTES

Pode-se dizer, tendo em vista o fato de o Brasil ser uma nação nova, que os indivíduos que possuíam habilidades e conhecimentos suficientes estavam aptos para exercer cargos de Delegado de Polícia, Chefe de Seção, Diretor da Imprensa, 2º Oficial da Secretaria do Governo, 1º Escriurário da Tesouraria Geral e tantos outros mais, pois “[...] significava fazer parte do poder, poder esse que delimitava espaços e indivíduos” (SILVA, 2004, p. 94). E esses foram os cargos exercidos por Alfredo Montes antes de assumir a posição de Lente do Atheneu Sergipense.

Nessa perspectiva, a capacidade de utilizar a seu favor o capital de relações sociais e de honorabilidade define o êxito maior ou menor no campo de atuação. No Império, os cargos no funcionalismo público engrandeciam a função do indivíduo como intelectual. Essa valorização ocorria pela necessidade de formação dos quadros administrativos, além de que a sociedade era constituída de um seletivo número de indivíduos com capacidade de exercer tais cargos.

Enquanto prestava serviços à Secretaria de Governo, Alfredo Montes também se dedicava aos estudos a fim de “[...] conseguir novos e adeantados conhecimentos [...] a ponto de ser considerado, com a vasta intelligencia de que dispunha, um homem de letras, um erudito, um intellectual illustrado”³. Ele chegou a ocupar o cargo de Chefe de Seção na secretaria de governo, tendo desempenhado essa função com dedicação, por isso foi chamado por vários presidentes para assumir o posto de secretário interino e oficial de gabinete. Este fato concedeu a ele prestígio na vida política sergipana. Os conhecimentos que possuía o diferenciava dos demais cidadãos que não detinham algum tipo de capital cultural e social.

No ano de 1877, tendo em vista o acúmulo desses capitais, mais especificamente no dia 22 de junho, realizou-se o concurso para a cadeira de Inglês do Atheneu Sergipense e a vaga foi preenchida por Alfredo de Siqueira Montes (SOUSA, 2002, p. 23). Durante o processo seletivo, houve uma polêmica entre ele e o concorrente, Hormindo Mello, demonstrando a acirrada disputa pelo poder político presente nos concursos para a prestigiosa posição de Lente do Atheneu Sergipense.

O concurso teria uma dissertação, um exame escrito e outro oral e passariam para as outras fases os candidatos aprovados na dissertação. Quanto a esta, os candidatos escolheriam um tema dentre uma série de outros listados pela banca examinadora e teriam um prazo de quinze dias para desenvolvê-los. Esse processo seletivo foi organizado de acordo com o Regimento Especial para os Concursos das Cadeiras do Ensino Secundário, que havia

sido aprovado em 21 de abril de 1877 pela própria Congregação da instituição.

É significativo observar que Alfredo Montes não cumpriu todas as exigências do Regimento, pois, durante a recíproca, informou à Banca Examinadora que não responderia aos questionamentos de Hormindo Melo e pediu que fosse considerado desconhecedor do tema. Mesmo assim teve a simpatia dos examinadores e obteve um considerável quantitativo de esferas brancas quanto ao “mérito relativo”. Ao final de todo o processo seletivo, Alfredo Montes foi aprovado e tomou posse do cargo no dia três de julho de 1877. Após assumir, tornou-se um dos mais influentes e importantes lentes do Atheneu Sergipense, pois foi eleito secretário da Congregação em 1882 e também fez parte de comissões de exames finais de Inglês, Francês, Latim, Português, Geografia, e Filosofia (NASCIMENTO, 2003, p. 4).

É provável que o fato de ser Chefe de Seção da Secretaria de Governo e sergipano tenha influenciado o resultado do concurso. O ato de nomeação de Alfredo Montes como Lente de Inglês também nomeou o seu substituto, João Diniz Villas-Boas, no referido órgão. Segundo o jornal que veiculou o fato,

Os nomeados são moços de caracter distincto, que estão com toda nobreza na altura dos cargos que vão exercer. O menor facto de sua vida tem sempre provado essa verdade. Cumpre-nos tambem por nossa parte confessar que essas nomeações foram actos de justiça e darmos aos nomeados nossos sinceros parabéns, arrancados entusiastamente do santuário de nosso coração⁴.

Na verdade, o que estava em jogo naquele momento era o Capital Social representado pelo cargo de Lente vitalício da cadeira de Inglês do Atheneu Sergipense. Portanto, a raridade simbólica desse título no espaço dos nomes de profissão do século XIX, tendia a comandar a retribuição da profissão.

O fato de antes de assumir a cadeira de Inglês Alfredo Montes ter exercido o cargo de Chefe de Seção

³ Professor Alfredo Montes. In: *O Estado de Sergipe*. Aracaju, 3 de agosto de 1906. Ano IX. nº 2255. p. 1. col. 2-4.

⁴ Nomeações. In: *O Presente*. Aracaju, 30 de junho de 1877. Ano I. nº 3. p. 2. col. 3.

da Secretaria de Governo fazia com que ele já possuísse um significativo prestígio na província sergipana. Portanto, ele não se encontrava em um meio no qual era um total desconhecido, muito pelo contrário. Mas o fato é que, diante da Banca Examinadora, Alfredo Montes pôs em jogo sua identidade social em uma luta por critérios de avaliação que lhe favorecessem, pois estavam envolvidos interesses poderosos e mesmo vitais para a valoração de sua pessoa. Ele fez uso do seu Capital Cultural para investir no “jogo” da disputa pelo cargo de Lente da Cadeira de Inglês a fim de não correr o risco de se ver excluído do mesmo e dos ganhos que indubitavelmente adviriam dele.

Aquele concurso significava uma oportunidade singular de adquirir as vantagens materiais e simbólicas relacionadas à posse de um capital simbólico de considerável importância. Nesse sentido, o Capital Cultural acumulado por Alfredo Montes no Atheneu Sergipense o elevou à categoria de intelectual indubitavelmente legitimado, especialmente tendo ele vivido em um período em que os valores despendidos para alcançar uma educação de nível secundário eram altos (SILVA, 2004).

Ele também esteve envolvido em polêmicas perante toda a sociedade sergipana, pois, em maio de 1898, foi jubilado por ter enviado um telegrama a algumas autoridades em todo o Brasil como o Vice-Presidente da República, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Presidente Câmara da Federal, Governadores e Presidentes dos Estados, Ministros de Estado e o Ajudante General do Exército, denunciando o fato de o Presidente Martinho Garcez ter instalado sua “amásia” no Palácio do Governo. Assinaram com Alfredo Montes, Prado Pinto, Vicente Porto, Gervásio Maria, Neves de Seixas, Petronilho de Carvalho, Avila Franca, Antonio Bemvindo (Documento n. 2 da apelação civil contra a fazenda pública do Estado. Arquivo Geral do Poder Judiciário. Arquivo Permanente. Fundo AJU/C. T.J. Série Cível. Período 1904-1909. Acervo: 01. Módulo III. Nº Geral 1331).

Pelo envolvimento em tal ação, foi considerado “moralmente incapaz” para exercer sua posição de Lente e jubilado, ou seja, aposentado compulsoria-

mente. De acordo com os autos do processo, Alfredo Montes “[...] esqueceu-se dos deveres do seu cargo, que o obrigavam a ser um exemplo de ordem e respeitável lei para se tornar um revoltoso, outra coisa não podia esperar senão o castigo de sua rebeldia”⁵. Duro golpe para aquele que já havia sido Diretor Interino da Instrução Pública, que via na condição de intelectual a obrigação de cultivar os preceitos morais e que foi tolhido no seu direito de fazer aquilo para o qual se preparou e se dedicou por muitos anos de sua vida: ensinar.

É possível que esta ação de Alfredo Montes tenha sido motivada pelo fato de Martinho Garcez ter extinguido a Escola Normal em 1898, deixando os professores em disponibilidade. Segundo Nunes (1984), este ato foi considerado “incompreensível” até mesmo pelos correligionários e admiradores do presidente, pois “[...] eram unânimes os louvores ao seu papel na sociedade sergipana, sendo todos acordes em elogiar os professores, que são os mesmos do Atheneu, e não só o gosto, como o notável aproveitamento dos alunos nos três anos” (NUNES, 1984, p. 192).

No entanto, no mês de agosto de 1900, Alfredo Montes reassumiu o cargo de Lente de Inglês e, em 1903, entrou com uma ação civil para receber os benefícios pecuniários referentes ao período em que ficou jubilado, pois recebeu apenas remuneração proporcional ao seu tempo de serviço. Inicialmente perdeu a ação, mas recorreu da decisão por meio de seu advogado, Gumercindo Bessa e ganhou em 1907.

Para tal, o advogado usou como argumentos o fato de, em junho de 1887, Alfredo Montes ter sido nomeado para reger vitaliciamente a cadeira de Inglês do Atheneu Sergipense e que o fez sem interrupção alguma. Além do mais, o artigo 94 do Regulamento de 9 de janeiro de 1887, aprovado pela Resolução Legislativa nº 1.079 de 5 de maio de 1887, deu direito à vitaliciedade e à “inamovibilidade” do seu cargo pela competência dada às Assembleias Provinciais para legislar sobre Instrução Pública.

Ele ainda mencionou que o artigo 74 da Constituição Federal Republicana assegurava a “inamovibi-

⁵ SERGIPE. Inventário de Alfredo de Siqueira Montes, 1912. Arquivo Geral do Poder Judiciário. Acervo: 1. Módulo IV. nº 2346. p. 6.

lidade dos cargos inamovíveis” e que o artigo 75 da mesma protegia os funcionários públicos contra os ataques a esse direito, determinando que a punição dada a Alfredo Montes, a jubilação, somente poderia ser atribuída em caso de invalidez. Portanto, em face desses princípios era “[...] nullo o acto nº 74 de 6 de maio de 1898 que o jubilou por incapacidade moral para exercer seu emprego”⁶. Alfredo Montes não pôde usufruir do dinheiro, pois morreu em agosto de 1906.

Alfredo Montes parecia ter o respeito dos seus colegas de profissão, especialmente no tocante à defesa de seus direitos como docentes de uma instituição de ensino respeitada e considerada pela sociedade sergipana. Ele denotava estar atento para que os direitos dos professores não fossem usurpados e que os mesmos deixassem de exercê-los por arbitrariedade dos que exerciam o poder político.

Apesar disso, nas atas da Congregação, o seu jubileamento não é mencionado e, conseqüentemente, seus colegas parecem não ter tomado oficialmente posição alguma em relação a esse acontecimento. Talvez esse silêncio tenha sido uma estratégia utilizada pelos mesmos uma vez que a punição de jubileamento determinada a Alfredo Montes poderia também os atingir se eles se manifestassem de forma contundente.

Na verdade, o que parecia acontecer constantemente era uma disputa pela valorização da profissão docente a fim de que estes profissionais exercessem suas atividades sem usarem de outros expedientes, ou seja, outras fontes de renda, para se manterem financeiramente, bem como poderem ficar no trabalho e desenvolvê-lo de forma adequada. Segundo Nóvoa (1989, p. 17), o fato do ensino não se constituir a ocupação principal dos professores, impedia “[...] o desenvolvimento do processo de profissionalização da profissão docente”.

Portanto, essas ações em defesa dos direitos dos professores se constituíam em uma das formas das quais os mesmos se utilizavam para criar e reforçar a imagem perante a sociedade sergipana de intelectuais cômicos de seus direitos e que certamente, pela for-

mação que possuíam, seriam modelos adequados a serem seguidos por seus alunos. Nesse sentido, é significativo lembrar que, conforme Sirinelli (1996), Alfredo Montes está inserido no âmbito dos intelectuais, no caso os professores do ensino secundário, que levam em conta o envolvimento da categoria mencionada nos problemas cotidianos e na vida da sua cidade.

Este fato aumenta a importância de estudar e discutir as inserções e relações dos intelectuais nos seus campos de pertencimento, demonstrando claramente o Capital Cultural e Social, no decorrer de suas trajetórias, interferindo, agindo e influenciando os acontecimentos e o campo no qual está inserido.

3 ACRÍSIO TÔRRES ARAÚJO

O professor Acrísio Tôres Araújo é apresentado nesse estudo como um intelectual que atuou na educação sergipana, no século XX. Os intelectuais, como já afirmamos, não são entidades autônomas que sobrevivem isoladamente da sociedade, muito pelo contrário, estão a ela ligados, especialmente pelos laços políticos, que lhes conferem identidade. Nesse particular é importante verificar a posição que os intelectuais ocupam na estrutura da classe dirigente.

Nessa direção Bourdieu propõe “[...] uma análise da estrutura das relações objetivas entre as posições que os grupos colocados em situação de concorrência pela legitimidade intelectual ou artística ocupam num dado momento do tempo na estrutura do campo intelectual” (BOURDIEU, 1974, p. 191). Partindo dessa reflexão, considera-se que Acrísio Tôres Araújo foi uma pessoa singular; mas, como afirmou Ginzburg, esta “[...] singularidade tinha limites bem precisos: da cultura do próprio tempo e da própria classe [...]” (GINZBURG, 1987, p. 27).

Acrísio Tôres Araújo estreou no mercado editorial, no ramo de didáticos, em 1966, com a Pequena História de Sergipe, publicação que dependeu dos contatos e de apoios que o autor conseguiu mobilizar no início de sua carreira profissional em Sergipe. Nesse sentido, ressaltou o apoio do jornalista Antonio

⁶ SERGIPE. Inventário de Alfredo de Siqueira Montes, 1912. Arquivo Geral do Poder Judiciário. Acervo: 1. Módulo IV, nº 2346. p. 9.

Francisco de Jesus, que assinava sob o pseudônimo de A F. de Jesus, do jornal *A Cruzada*, e que o ajudou muito, divulgando o seu livro na imprensa sergipana.

José Calazans, ao se reportar ao trabalho do professor Acrísio Tôrres Araújo, comentou que depois que o compêndio de Elias Montalvão – que tratava da História e Geografia de Sergipe – saiu das escolas, os professores e alunos ficaram sem meios de conhecer a História sergipana. Assim, o livro de Acrísio Araújo foi recomendado pelo Conselho Estadual de Educação em parecer aprovado em 1966, tornando-se um subsídio para o professor primário e um guia para o estudante de História de Sergipe.

O seu lançamento foi anunciado por jornais sergipanos como *A Cruzada*, *Diário de Aracaju* e o *Diário Oficial do Estado de Sergipe*. Com essa publicação, o professor Acrísio Araújo abriu espaço para uma acirrada disputa intelectual no campo da História e começou a ampliar a sua rede de relações, estabelecendo-se entre as figuras políticas e culturais de prestígio em Sergipe.

Essa publicação propiciou a produção do seu segundo livro intitulado *Geografia de Sergipe*, pois os jornais da época denunciavam que o nosso professorado se limitava a dar lições de Geografia com livros desatualizados, do século XIX. Os jornais anunciavam que os livros utilizados: “Já não servem, também, por sucessivas alterações nos quadros político, econômicos e sociais, os compêndios de Silva Lisboa e Elias Montalvão” foi o que anunciou o citado jornal (*GAZETA DE SERGIPE*, 1969, p. 2).

Na verdade, passaram-se 44 anos de absoluto silêncio em termos de produção de livros didáticos de Geografia de Sergipe. Desse modo, depois de uma grande ausência de livros didáticos sobre Sergipe, em 1966, falou-se em livro didático de Geografia de Sergipe. Foi nesse ambiente e no momento em que se reclamava a falta de uma produção didática que englobasse os aspectos da vida sergipana que a Geografia de Sergipe para o 3º ano primário, de Acrísio Tôrres Araújo, chegou ao meio escolar.

Assim como o seu livro de História, a Geografia de Sergipe, antes de ser publicada, foi também comen-

tada pela imprensa, que registrou as configurações sociais próprias do final dos anos de 1960. O autor comentou, na entrevista: “[...] todos os jornais, os de Aracaju, e os do interior, Estância, sobretudo, Propriá etc., noticiaram a publicação de meus livrinhos para o primário”⁷, pois até aquele momento “nenhum livro de Geografia de Sergipe era utilizado nas escolas; “a minha Geografia de Sergipe passou a ser utilizada por alunos e, em geral, por professores”⁸. Além desse fato, os jornais daquele tempo evidenciaram que o autor da obra em questão era um cearense e que não era bem visto pelo grupo de intelectuais sergipanos e ainda, mostraram também, a reação destes à iniciativa do professor “forasteiro”.

Acrísio Tôrres Araújo produziu seis livros didáticos em três anos, de 1966 a 1969. A sua principal preocupação com essas publicações era a de sistematizar os conteúdos para o ensino, oferecendo às crianças e aos professores sergipanos o conhecimento de sua terra: *A Pequena História de Sergipe* (1966) já comentada, e a *Geografia de Sergipe*, também foi produzida nesse mesmo ano, Araújo lançou ainda *Aracaju minha capital* (1967) para as crianças da 2ª série primária. Tendo alcançado sucesso editorial com seus compêndios didáticos ao final de 1967, Araújo juntou as críticas da primeira edição da sua *Pequena História de Sergipe*, as quais sugeriam correções e produziu, de forma ampliada, a segunda edição dessa obra, mudando inclusive o seu nome para *História de Sergipe*.

O jornalista Zózimo Lima fez uma “apreciação crítica” a respeito da citada obra, a qual foi comentada pelo professor Acrísio Tôrres Araújo, nas páginas iniciais da biografia que fez sobre aquele jornalista. Lima, inicialmente, elogiou e ressaltou a importância da obra para a juventude sergipana e, em seguida, apontou erros, alguns atribuídos ao fato do professor Acrísio, ter-se referenciado no *Dicionário de Velho Sobrinho* (1937), que, segundo Zózimo Lima, já tinha erros e finalizou o seu texto agradecendo a Araújo por tê-lo presenteado com a citada obra.

⁷ Entrevista escrita, concedida à autora por Acrísio Tôrres Araújo, em 20 de julho de 2003.

⁸ Idem.

Em 1969, Araújo publicou outra Geografia de Sergipe, dedicada a Laudelino Freire e a Silva Lisboa, por terem sido os pioneiros nesses estudos. Araújo escreveu também peças teatrais de caráter histórico educacional. Dramatizações na escola, conforme citado no jornal Gazeta de Sergipe, trata de uma coleção de peças teatrais para serem representadas nas escolas primárias e foi editado graças ao apoio do governo do Estado, que o financiou em parte. Percebe-se claramente o relacionamento de Araújo com o Estado, ou com o poder constituído ao buscar apoio para subvencionar sua obra.

A partir de 1970, os livros didáticos de Geografia de Sergipe, produzidos por Araújo trouxeram um novo título: Geografia de Sergipe – Estudos Sociais. Nesse momento, a educação brasileira passou a ser regida pela Lei nº 5692/71 que estabeleceu o currículo pleno, constituído de disciplinas da área de estudos sociais e atividades que resultem das matérias fixadas, ao seu relacionamento, ordenação e sequência.

Após a nova lei, Araújo produziu 12 livros didáticos, quatro destes sendo antologias didáticas destinadas à área de Comunicação e Expressão, dois voltados para o estudo da História e cinco destinados para à área de Estudos Sociais.

Para a área de Comunicação e Expressão, as antologias didáticas constituem quatro exemplares, intitulados: Leituras Sergipanas⁹, para as quatro séries do ensino primário. Segundo o autor, esses livros possibilitariam aos estudantes o conhecimento dos valores literários do Estado. No campo da História, produziu mais duas obras sobre Sergipe: uma para a Escola Normal – História de Sergipe - e outra História de Sergipe, para os alunos da terceira série primária.

Com o novo rótulo de Estudos Sociais publicou *Sergipe e o Brasil: estudos sociais, s/d*, com 123 páginas impressas, pela Editora do Brasil-São Paulo, publicado por volta de 1970. Essa geografia teve uma grande repercussão na imprensa. Araújo, mencionou, na entrevista, que nunca recebeu sugestões para a re-

alização do seu trabalho, mas críticas, que segundo ele eram infundadas, injustas, tolas e inconsequentes, como as de professora Nunes, que foram muitas. As citadas críticas surgiram com a publicação do seu livro, *Sergipe e o Brasil*, as quais ele conseguiu destruir, respondendo a todas na imprensa.

Encontrou-se, consultando os jornais da época, uma acirrada disputa, no campo intelectual da História e da Geografia de Sergipe, iniciada por Thetis Nunes, licenciada em Geografia e História e professora do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Nunes iniciou o seu texto comentando a relevância do livro didático em geral, no processo de formação do educando e enfatizou:

Em Sergipe, exceto a experiência de Elias Montalvão com 'Meu Sergipe', o livro didático foi sempre desligado do nosso meio e seus problemas. A pequena população escolar não estimulava os intelectuais sergipanos a se voltarem para esse tipo de atividade. Apenas houve algumas exceções como a de Acrísio Cruz, por exemplo. Assim, que o professor Acrísio Tôres começou a publicar estudos sobre a História de Sergipe, visando a escola primária, acreditava-se que uma nova época começava. (NUNES, 1973, p. 2).

Em seguida, elogiou o livro, dizendo que o mesmo era muito bem apresentado formalmente, com excelentes ilustrações, que o tornavam atraente. Por outro lado, destacou que “[...] não há uniformidade estilística, ora a linguagem é simples, acessível, ora é empolada, de difícil entendimento” (NUNES, 1973, p. 2). “[...] Não procurou aprimorar as qualidades que realmente têm, na elaboração de livros para nossa juventude” (NUNES, 1973, p. 2).

Nunes apontou “erros primários” e contradições, como os encontrados na página 19: “No litoral norte estão os arquipélagos amazônicos, e Fernando de Noronha e a Ilha do Maranhão”. “Ora, Fernando de Noronha é um arquipélago oceânico, situado a 360 léguas da costa do Rio Grande do Norte, portanto, no Nordeste do Brasil” (NUNES, 1973, p. 2). E apontou erros encontrados em cada página e finalizou o seu texto indagando à editora do Brasil, que tinha uma

⁹ São quatro volumes produzidos para a 1a, 2a 3a e 4a séries primárias. Foram impressos pela editora do Brasil-São Paulo. As Antologias são justas homenagens do autor aos autores sergipanos citados nos seus livros.

longa tradição em produção de livros didáticos, por que não mantinha um setor especializado para fazer uma revisão linguística, evitando que a referida editora caísse em descrédito, publicando obras apresentadas como a de Acrísio Araújo.

Araújo, não deixou por menos. Quatro dias depois, respondeu aos “enganos e os juízos apressados” da professora Thetis Nunes. Condenou toda a fala da professora, mostrando que não havia erros no seu livro, nem na parte de História e nem na parte de Geografia, ressaltando que para tê-los encontrado foi preciso ter lido a sua obra “[...] de muita má fé, ou não ter lido, para refutar assim os capítulos considerados” (ARAÚJO, 22 de maio de 1973, p. 2) e argumentou:

Descobriu a professora Thetis erro quando escrevi: ‘No litoral norte estão os arquipélagos Amazônicos e Fernando de Noronha, e a ilha do Maranhão’ (Sergipe e o Brasil, cap. 3, p. 19). Ora, não há aí nenhum erro, pois o capítulo trata do LITORAL e não das regiões brasileiras. Ninguém ignora que Fernando de Noronha é uma ilha oceânica, tanto que, no capítulo seguinte escrevi: ‘Há ilhas continentais e ilhas oceânicas. Entre as últimas, são importantes as de Fernando de Noronha. (Sergipe e o Brasil, cap. 4, p. 21).

Da mesma forma ninguém ignora que Fernando de Noronha fica na região nordeste. Por isso, escrevi: ‘A região NORDESTE está constituída dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e o território de Fernando de Noronha’. Sergipe e o Brasil, Cap. 8, p. 29).

Araújo finalizou seu texto fazendo menção à fala de Thetis Nunes que disse que o autor tinha uma imaginação fértil para escrever livros: “[...] não é preciso lembrar à profa Thetis Nunes que a imaginação é um dom. Quem não o possuir poderá ser um digno compilador de fatos, mas nunca será capaz de recriar o passado” (ARAÚJO, 1973, p. 2).

Essa polêmica estendeu-se por várias semanas e rendeu outros textos na Gazeta de Sergipe, envolvendo ainda, segundo Araújo, o professor Nunes Mendonça, que “[...] ainda não me conhecia, fez minha defesa e de meus livrinhos didáticos, em jornais de Aracaju e de Estância. Na sua severa ironia jornalística, afirma-me que me criticavam, a) por não ser sergipano, mas

cearense, e b) por escrever os livros que nunca quisessem ou souberam escrever”¹⁰.

Os equívocos ou os erros apontados pela professora Thetis Nunes integram o conjunto das representações e revelam uma disputa no campo intelectual da geografia sergipana, que pode ser evidenciada pelo que afirma Sirinelli, “atração e a amizade e, ao contrário, a hostilidade e a rivalidade, a ruptura, a briga e o rancor desempenham igualmente um papel às vezes decisivo” (SIRINELLI, 1996, p. 250), para se compreender a constituição de um campo intelectual. As representações construídas nos jornais e por Acrísio Tôrres mostraram como os letrados, por meio da disputa intelectual, constroem os seus espaços e, assim, a sua história.

Araújo produziu ainda a *Geografia de Sergipe - Área de Estudos Sociais*, com 84 páginas, para a terceira série do ensino de 1º grau, com o propósito de contribuir para o surgimento de novos horizontes na formação cultural do aluno. Pressupõe-se, a partir desses elementos, que o livro tenha sido publicado no final dessa década.

Foi nos anos de 1970 que Acrísio Tôrres teve a sua inscrição para concorrer à vaga na Academia de Sergipana de Letras. A Gazeta de Sergipe comentou o fato:

Fundamentado nos pronunciamentos emitidos pelas comissões julgadoras designadas para avaliar o mérito das obras literárias apresentadas pelo Dr. Luiz Carlos de Alencar e Acrísio Tôrres Araújo, candidatos respectivamente às cadeiras 26 e 36 da Academia de Sergipana de Letras, o presidente Severino Uchoa determinou a inscrição dos referidos intelectuais para concorrerem às vagas existentes naquela instituição cultural (GAZETA DE SERGIPE, 4 de novembro de 1973, p. 4).

Em 11 de setembro de 1974, o professor Acrísio Tôrres Araújo, tomou posse da cadeira de número 36, cujo patrono é Brício Cardoso e que tinha sido anteriormente ocupada por Hunald Cardoso. Araújo proferiu um discurso elaborado em 25 páginas, versando sobre aqueles personagens e exaltando-os. Os anos de 1970 foram bastante movimentados na vida do professor Acrísio Tôrres Araújo.

¹⁰ Entrevista escrita concedida a autora por Araújo, em 20 de julho de 2003.

Por motivos familiares, mudou-se para Brasília em 1977, e antes de efetuar essa mudança, recebeu, em 1974, o título de Cidadão Sergipano na Assembleia Legislativa, concedido pelo deputado Leandro Maciel Filho.

Note-se que o autor, apesar de não estar residindo mais em Sergipe, continuava discutindo aspectos da história sergipana. A primeira desse conjunto de obras foi produzida quando Acrísio Tôres Araújo morava em Sergipe, e as demais quando o autor já residia em Brasília. Mesmo não gostando de política, esse conjunto de trabalhos mostra o trânsito que ele tinha nessa esfera, buscando daqueles o apoio para subvencionar as suas obras.

Diferentemente dos demais, o professor Acrísio Tôres Araújo por ser um “forasteiro” se inseriu no campo intelectual inicialmente com a ajuda de um jornalista por meio da produção dos livros didáticos. O próprio autor, aliado ao jornalista fazia o *marketing* dos seus livros. Desse modo, esse cearense ficou conhecido e ampliou a sua rede de relações. Para Gandini (1995), esse envolvimento entre o intelectual e o Estado é um fator de grande relevância para o conteúdo, a forma e o resultado do trabalho intelectual.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das trajetórias apresentadas, ressaltamos que não se pretendeu construir um registro apologético desses personagens da História, encobrindo-se, dessa forma, os mecanismos reais que mostraram a participação desses intelectuais na vida social sergipana. Os intelectuais como vimos, não são entidades autônomas que sobrevivem isoladamente da sociedade, muito pelo contrário, estão a ela ligados, especialmente pelos laços culturais que lhes conferem identidade. Nesse sentido, é significativo verificar a posição que os mesmos ocuparam na estrutura da classe dirigente, ou como a ela se vincularam.

Considera-se que Alfredo Montes e Acrísio Tôres Araújo, partindo dessa reflexão, foram pessoas singulares para a sociedade sergipana. Mas, conforme afirmou Ginzburg (1987), esta singularidade tinha limites bem precisos, relacionados à cultura do próprio tem-

po e da própria classe. Os dois intelectuais podem ser definidos a partir da categoria, definida por Sirinelli (1996), de intelectuais mediadores. Estes, podem ser vistos pelo poder de influência que tiveram quando atuaram, fazendo ressoar os conhecimentos, oriundos das suas criações, para a sociedade.

As disputas, as inserções por meio de concurso, da produção de livros, dentre outras ações, explicitam a aceitação das regras dos campos em que estavam inseridos, mas também definem as estratégias de legitimação e manutenção no campo. Assim, concluímos que o acúmulo de Capital Cultural e Social proporcionaram aos intelectuais, Alfredo Montes e Acrísio Tôres Araújo, vinculações a determinados grupos, conferindo-lhes ligações permanentes e úteis.

É preciso somente, estar dispostos a jogar as regras do jogo que o próprio campo impõe, como vimos no caso dos intelectuais analisados. As representações postas nos jornais e as obras engendradas por Alfredo Montes e Acrísio Araújo mostraram como eles se inseriram nos seus campos de atuação, como construíram os seus espaços e, desse modo, como construíram a sua história.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Simone Silveira. **A trajetória de Alfredo Montes, 1848-1906**: representações da configuração do trabalho docente no ensino secundário em Sergipe. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

ARAÚJO, Acrísio Tôres. **Geografia de Sergipe**. Aracaju: Livraria Regina, 1969.

ARAÚJO, Acrísio Tôres. **Aracaju, Minha Capital** - 2º ano primário. São Paulo: Editora do Brasil S/A 1967a. (Coleção didática do Brasil, Série primária).

ARAÚJO, Acrísio Tôres. **Virgínio de Santana**. Aracaju: J. Andrade, 1967b.

ARAÚJO, Acrísio Tôres. Thetis versus Thetis. **Gazeta de Sergipe**, Aracaju, 22 de maio de 1973.

- ARAÚJO, Acrísio Tôrres. **Graccho Cardoso**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1973a.
- ARAÚJO, Acrísio Tôrres. **Minha terra minha gente**. Salvador: Editora do Brasil, 1973b.
- ARAÚJO, Acrísio Tôrres. **Zózimo Lima**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973c.
- ARAÚJO, Acrísio Tôrres. **Augusto Leite**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1974.
- ARAÚJO, Acrísio Tôrres. **Literatura Sergipana**. Brasília: CEGRAF, 1976.
- ARAÚJO, Acrísio Tôrres. **Geografia de Sergipe**-Ensino de primeiro grau – Estudos Sociais. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.
- GANDINI, Raquel Pereira Chainho. Intelectuais, Estado e Educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 1944 – 1952. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995. (Série Pesquisas).
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- LIMA, Solyane Silveira. **A casa maternal Amélia Leite (1947-1970)**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2014.
- NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Alfredo Montes e o primeiro concurso para a cadeira de inglês do Atheneu. **Cinform.**, Aracaju, edição 1061, p. 11-17, agosto 2003.
- NÓVOA, António. **Do mestre-escola ao professor do ensino primário**: subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séculos XVI-XX). Lisboa: ISEF, 1989.
- NUNES, Maria Thetis. A margem de “Sergipe e o Brasil” do professor Acrísio Tôrres Araújo. **Gazeta de Sergipe**, Aracaju, 18 de maio de 1973.
- NUNES, Maria T. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- SANTOS, Vera Maria dos. **As mulheres de posses: a instrução de órfãos menores na Capitania de Sergipe Del Rey no século XVIII**. Fortaleza: Impreco, 2016.
- SANTOS, Vera Maria dos. **O Livro didático de geografia**: Sergipe, do século XIX os século XX. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe – Edise, 2017.
- SILVA, Eugênia Andrade. **A formação intelectual da elite sergipana (1822-1889)**. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Sergipe, UFS, São Cristóvão 2004.
- SIRINELLI, Jean François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René. (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 231-263.
- SOUSA, Deyci Lucidi de. **O Ensino de inglês em Sergipe durante o Império**. São Cristóvão: UFS. Relatório Final, 2002.
- VELHO SOBRINHO, J. F. **Dicionário Bio-bibliográfico Brasileiro**. V.1, Rio de Janeiro: Pongetti, 1937.

JORNAIS

Gazeta de Sergipe, Aracaju, 20 de novembro de 1969.

Jornal O Presente, 1877.

Jornal O Estado de Sergipe, 1906.

Jornal da Manhã, 1926.

FONTES MANUSCRITAS

ARAÚJO, Acrísio Tôrres. 2003. **Carta para a autora** em 10 de junho de 2003.

ARAÚJO, Acrísio Tôrres. 2003. **Carta para a autora** em 20 de julho de 2003.

ARAÚJO, Acrísio Tôrres 2003. **Carta para a autora** em 14 de fevereiro de 2004

SERGIPE. Província de Sergipe. **Livro de Atas do Atheneu Sergipense**. 1870-1916. Arquivo do Colégio Atheneu Sergipense.

SERGIPE. **Documento n. 2 da apelação civil contra a fazenda pública do Estado**. Arquivo Geral do Poder Judiciário. Arquivo Permanente. Fundo AJU/C. TJ. Série Cível. Período 1904-1909. Acervo: 1. Módulo III. nº Geral 1331.

SERGIPE. **Inventário de Alfredo de Siqueira Montes**. Documento 20/02/1912. Arquivo Geral do Poder Judiciário. Arquivo Permanente. Fundo AJU/C. 2º OF. Série Cível. Sub-série: inventário. Caixa 39. Período 1911-1912. Acervo: 01. Módulo IV. Nº Geral 2346.

1 Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG com Estágio Sanduíche na Universidade de Lisboa – UL; Docente do Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB; Docente/Pesquisadora permanente do Programa de Pós-Graduação em História da África, da Diáspora e dos Povos indígenas – UFRB e do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGGE da Universidade Federal da Bahia – UFBA; Líder do Grupo de Pesquisa HIMEB (História e Memória da Educação Brasileira/UFRB). E-mail: solylima@hotmail.com

2 Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe; Docente PPG I da Universidade Tiradentes – UNIT, no Programa de Pós-Graduação em Educação; Líder do Grupo de Pesquisa Educação e Sociedade: sujeitos e práticas educativas/CNPq da Universidade Tiradentes; Realizou Pós-Doutorado na University of Boston/Massachusetts. E-mail: amorim_simone@hotmail.com

3 Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe – UFS; Docente do Programa de pós-graduação em educação – UNIT; Vice-líder e coordenadora do grupo de pesquisa Educação e Sociedade: sujeitos e práticas educativas; Pesquisadora dos seguintes temas: disciplinas escolares e acadêmicas, instituições e práticas educativas e ainda do período colonial, analisando a instrução elementar dos órfãos e a importância da mulher na manutenção da estrutura familiar, considerando a relação Sergipe/Brasil/Portugal no período da Colônia. E-mail: veramstos@yahoo.com.br

Recebido em: 30 de Novembro de 2018

Avaliado em: 19 de Dezembro de 2018

Aceito em: 19 de Dezembro de 2018